



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE MÉDICI - MA

OBJETO DA CONTRATAÇÃO: SERVIÇOS DE ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS NO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE MEDICI/MA.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE MÉDICI - MA

1. DO OBJETO.

- 1.1. SERVIÇOS DE ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS NO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE MEDICI/MA. Conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos.
- 1.2. O objeto de licitação tem natureza de obra, nos termos dos art. 6º, inciso XII, da Lei nº 14.133/2021.
- 1.3. Por tratar-se de atividade estabelecida, por força de lei, como privativa das profissões de arquiteto e engenheiro que implica intervenção no meio ambiente por meio de um conjunto harmônico de ações que, agregadas, formam um todo que inova o espaço físico da natureza ou acarreta alteração substancial das características originais de bem imóvel, é definido como obra.
- 1.4. Vale destacar, que tais serviços que constam neste objeto, não precisam de exame predominantemente fático e de natureza técnica, devido não possuir uma alta complexidade técnica.
- 1.5. O objeto da licitação tem natureza de serviço contínuo.

2. DO REGIME DE EXECUÇÃO

- 2.1. A presente contratação adotará como regime de execução a empreitada por preço global.

3. DA JUSTIFICATIVA

- 3.1. A manutenção das estradas vicinais, nos trechos que ligam o povoado Ubinzal até o povoado Urubuçu e o trecho que liga o povoado Urubuçu até o povoado Nova Esperança, são de extrema importância para garantir a acessibilidade a esses povoados no Município de Presidente Médici/MA. No entanto, atualmente, essas vias encontram-se em péssimas condições, dificultando o acesso dos pecuaristas e agricultores responsáveis por grande parte do Produto Interno Bruto (PIB) municipal. Além disso, a falta de manutenção dessas estradas também impacta o acesso das crianças às escolas, prejudicando o desenvolvimento educacional da região.
- 3.2. Diante desse cenário, a manutenção da trafegabilidade dos trechos em questão se mostra imprescindível para o desenvolvimento econômico e social do município. Com estradas bem conservadas, será possível facilitar o escoamento da produção agrícola e pecuária, contribuindo para a geração de renda e emprego na região. Além disso, a melhoria das vias viabiliza o acesso mais seguro e rápido dos moradores locais aos serviços básicos, como saúde e educação.
- 3.3. Nesse contexto, a contratação de uma empresa especializada para realizar os serviços de manutenção das estradas vicinais se torna fundamental para atender às necessidades da população e fomentar o desenvolvimento local. A Secretaria Municipal de Administração,



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE MÉDICI - MA

responsável pela gestão dos recursos públicos, deve garantir que as obras sejam executadas com qualidade e dentro dos prazos estipulados, visando o bem-estar e a prosperidade da comunidade de Presidente Médici/MA.

3.4. Para tanto, o Município de Presidente Médici firmou o Contrato de Repasse OGU nº 943278/2023 Operação 1087111-53 com a Caixa Econômica Federal para transferência de recursos financeiros com o objetivo de executar a obra.

3.5. Portanto, é de suma importância que o processo de contratação seja instruído de forma criteriosa, especificando detalhadamente os serviços a serem realizados, os prazos de execução e os critérios de avaliação da empresa contratada. Dessa forma, será possível garantir a transparência e a eficiência na aplicação dos recursos públicos, promovendo melhorias significativas na infraestrutura viária do município e impulsionando o seu desenvolvimento socioeconômico.

4. DA ESTIMATIVA DE PREÇOS

4.1. O valor global estimado é de R\$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais), se encontra no Anexo – Planilha Orçamentária.

4.2. Os preços propostos serão considerados completos e deverão abranger todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, carregamento e descarregamento, eventuais substituições e qualquer despesa acessória e/ou necessária, não especificada neste Instrumento.

5. DOS RECURSOS FINANCEIROS

5.1. Os recursos financeiros serão no âmbito do Contrato de Repasse OGU nº 943278/2023 Operação 1087111-53 com a Caixa Econômica Federal.

6. DO CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE

6.1. Deverão ser apresentados na forma definida no projeto, em moeda corrente nacional (R\$), expressa por algarismos por extenso, os serviços solicitados para apresentação da proposta.

6.2. Não serão aceitas propostas com valores incompatíveis com os estimados para contratação, analisando-se tanto o preço global quando os preços unitários, fixando os preços unitários máximos constantes no Anexo III – Planilha Orçamentária.

6.3. As propostas deverão conter, no mínimo:

6.3.1. Descrição do objeto, valor unitário e total;

6.3.2. CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE MÉDICI - MA

6.3.3. Endereço e telefone de contato;

6.3.4. Data de emissão;

6.3.5. Prazo de validade;

6.3.6. Assinatura do responsável pela proposta, com a indicação do cargo na empresa.

6.4. As propostas apresentadas pelas empresas devem ser compatíveis com as especificações técnicas presentes neste processo e com valores unitários e global estimados.

7. DA VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

7.1. A vistoria técnica não será exigida ao licitante, mas sim uma declaração de que está ciente das condições de execução dos serviços.

7.2. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identificação civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

8. DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

8.1. A prestação dos serviços será acompanhada por Comissão de FISCALIZAÇÃO especialmente designada, formada por no mínimo 02 (Dois) servidores do quadro de técnicos desta Prefeitura.

8.2. Qualquer erro ou omissão na execução dos serviços obrigará a CONTRATADA a refazer, às suas expensas, por sua conta e riscos, no todo ou em parte, os serviços impugnados observados o prazo a ser estabelecido na respectiva Notificação.

8.3. O aceite/aprovação do serviço pela FISCALIZAÇÃO não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA por vícios de quantidade ou qualidade do serviço ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas posteriormente, garantindo-se à Administração as faculdades previstas no art. 18 da Lei Federal nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

8.4. O detalhamento dos materiais a serem utilizados nos serviços descritos nos projetos como medidas, materiais utilizados, funcionalidades, composições físicas – química devem seguir as especificações determinadas no Caderno de Especificações Técnicas pois o recebimento dos serviços será feito mediante análise dos critérios técnicos de avaliação descrito neste Caderno.

8.5. Executado o contrato, o seu objeto deve ser recebido:

8.5.1. PROVISORIAMENTE, pelo gestor do contrato em se tratando de serviços, em até 05 (cinco) dias úteis da comunicação escrita do(s) contratado(s).



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE MÉDICI - MA

- 8.5.1.1. Nesta primeira etapa, após a conclusão dos serviços e solicitação oficial da CONTRATADA, a FISCALIZAÇÃO fará a vistoria “in loco”, para registrar anomalias construtivas aparentes.
- 8.5.1.2. Após a vistoria, através de comunicação oficial da FISCALIZAÇÃO, serão indicadas as correções e complementações consideradas necessárias ao Recebimento Provisório, bem como estabelecido o prazo para a execução dos ajustes.
- 8.5.1.3. Na segunda etapa, após a conclusão das correções, e complementações e nova solicitação oficial da CONTRATADA, mediante nova vistoria realizada pela FISCALIZAÇÃO, será realizado o Recebimento Provisório.
- 8.5.1.4. O recebimento provisório transfere para a Administração a responsabilidade civil pela guarda do bem e autoriza a ocupação do mesmo o recebimento definitivo visa a verificação da qualidade, quantidade e conformidade do serviço com a proposta e consequente aceitação.
- 8.5.2. DEFINITIVAMENTE, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente e até 90 dias corridos da comunicação escrita do(s) contratado(s) ou do recebimento provisório.
- 8.5.2.1. O Recebimento Definitivo somente será efetuado pelo CONTRATANTE após a comprovação pela CONTRATADA de pagamento de todos os impostos, taxas e demais obrigações fiscais incidentes sobre o objeto do contrato e correções de eventuais que não poderem ser detectadas durante a vistoria, para isso o prazo será de 90 dias, a contar da data de recebimento provisório.
- 8.5.2.2. Se o recebimento não ocorrer nos prazos estabelecidos, o(s) contratado(s) notificará(ão) a Administração para fazê-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após o qual se caracterizará o recebimento tácito, reputando-se como realizado satisfatoriamente o objeto do contrato.
- 8.5.2.3. A Administração deve rejeitar, no todo ou em parte, serviço executado em desacordo com o contrato.
- 8.6. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil, principalmente quanto à solidez e segurança do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato dentro dos limites estabelecidos por Lei ou pelo contrato.
- 8.7. Salvo disposições em contrário constantes do edital ou de ato normativo, os ensaios, testes e demais provas exigidas por normas técnicas oficiais, para a boa execução do objeto do contrato, correm por conta do(s) contratado(s).
- 8.8. Em caso de atraso em relação a alguma etapa do Plano de Execução dos Serviços, à CONTRATADA será aplicada multa conforme previsto em contrato, sendo para tanto



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE MÉDICI - MA

considerado o prazo da etapa em questão e o tempo decorrido para a apresentação.

8.9. Quaisquer modificações no decorrer do serviço em questão serão processadas através de Termo Aditivo pertinente, devidamente justificado pela FISCALIZAÇÃO e dentro dos previstos na lei.

9. DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO.

9.1. A empresa deverá comprovar sua especializada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

9.1.1. A HABILITAÇÃO JURÍDICA será comprovada, mediante a apresentação da seguinte documentação:

9.1.1.1. caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.1.1.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

9.1.1.3. No caso de sociedade empresária, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede;

9.1.1.4. No caso de ser o participante sucursal, filial ou agência, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.1.1.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.1.1.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

9.1.1.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

9.1.1.8. No caso de atividade adstrita a uma legislação específica: ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente.

9.1.1.9. documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE MÉDICI - MA

9.1.2. A REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

9.1.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), através do Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral, emitido pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda, comprovando possuir situação cadastral ativa para com a Fazenda Federal, ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.1.2.2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, comprovando possuir Inscrição Habilitada no cadastro de contribuintes estadual, ou Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Municipal quando se tratar de prestador de serviço.

9.1.2.3. Prova de regularidade com a Fazenda Federal, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.1.2.4. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede do licitante, mediante a Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos e Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos da Dívida Ativa, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual;

9.1.2.4.1. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitado, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.1.2.5. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede do licitante, mediante a Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa, de Débitos e Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos da Dívida Ativa, expedida pela Secretaria da Fazenda Municipal;

9.1.2.5.1. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitado, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.1.2.6. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitida pela Caixa Econômica Federal;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE MÉDICI - MA

- 9.1.2.7. Prova de regularidade com a justiça trabalhista, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), emitida por órgão competente da Justiça do Trabalho (conforme Art. 3º da Lei Nº 12.440/2011);
- 9.1.2.8. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;
- 9.1.2.9. Quando se tratar da subcontratação prevista no art. 48, II, da Lei Complementar n. 123, de 2006, a licitante melhor classificada deverá, também, apresentar a documentação de regularidade fiscal, social e trabalhista das microempresas e/ou empresas de pequeno porte que serão subcontratadas no decorrer da execução do contrato, ainda que exista alguma restrição, aplicando-se o prazo de regularização.
- 9.1.3. **HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**, que será comprovada mediante apresentação dos seguintes documentos:
- 9.1.3.1. Certidão negativa de feitos sobre falência, expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica ou de execução patrimonial em caso de pessoas físicas, emitida até 60 (sessenta) dias antes da data da sessão pública ou que esteja dentro do prazo de validade constante da própria certidão;
- 9.1.3.1.1. Caso admitida participação de Pessoas Físicas ou Sociedade Simples, deverá ser apresentada Certidão Negativa de Insolvência Civil, expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, desde que admitida a sua participação na licitação.
- 9.1.3.2. Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado de Exercício (DRE) e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.
- 9.1.3.2.1. Os documentos referidos no item acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
- 9.1.3.2.2. As empresas com menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência deste item mediante apresentação de Balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado, conforme o caso, devidamente registrado na forma da lei.
- 9.1.3.2.3. As sociedades empresárias enquadradas nas regras da Instrução Normativa RFB nº 2003, de 18 de janeiro de 2021, que dispões sobre a



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE MÉDICI - MA

Escrituração Contábil Digital – ECD, para fins fiscais e previdenciários poderão apresentar o balanço patrimonial e os termos de abertura e encerramento do livro diário, em versão digital, obedecidas as normas do parágrafo único do art. 2º da citada instrução quanto a assinatura digital nos referidos documentos, quanto a Certificação de Segurança emitida por entidade credenciada pela infraestrutura de Chaves Públicas – Brasileiras – ICP – Brasil.

- 9.1.3.3. Declaração, assinada por Profissional área Contábil devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos nos termos do §1º, art. 69 da Lei 14.133/2021, aplicando fórmulas da seguinte forma:

Índice de Liquidez Geral (≥ 1,00):

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a longo prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

Índice de Liquidez Corrente (≥ 1,00):

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Índice de Solvência Geral (≥ 1,00):

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

- 9.1.3.3.1. Da análise dos documentos apresentados serão calculados os índices Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (LG), que deverão apresentar resultado igual ou superior a 1 (um).

- 9.1.3.3.2. As empresas que apresentarem resultado do quociente de capacidade econômico-financeira menor do que o exigido, quando de sua habilitação deverão comprovar, considerados os riscos para a administração, patrimônio líquido no valor mínimo de 10% (dez por cento) do valor total dos seus itens ofertados, admitida a atualização para a data de apresentação da proposta através de índices oficiais.

- 9.1.4. A QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, que será comprovada através da apresentação dos seguintes documentos:

- 9.1.4.1. Apresentação de profissional responsável técnico engenheiro civil, devidamente registrado no conselho profissional competente, detentor de



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE MÉDICI - MA

atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação.

9.1.4.1.1. A comprovação do vínculo de responsabilidade técnica do Engenheiro Civil, será feita mediante cópia do Contrato de Trabalho com a empresa, devidamente registrado no CREA, ou constante da Carteira Profissional, declaração de contratação futura ou da Ficha de Registro de Empregados (FRE) que demonstre a identificação do profissional, ou ainda, do Registro a que se refere os subitens 9.1.4.4 e 9.1.4.5.

9.1.4.1.1.1. A Declaração de contratação futura deverá ter a anuência do profissional indicado pela empresa licitante.

9.1.4.1.2. O atestado apresentado deverá comprovar a execução de obra ou serviço de características semelhantes às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.

9.1.4.1.2.1. Será admitida a apresentação de atestado com quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) das parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação.

9.1.4.2. Registro ou inscrição do licitante na entidade profissional competente.

9.1.4.3. Registro ou inscrição do responsável técnico na entidade profissional competente.

9.1.4.4. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

9.1.4.4.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições peculiares da contratação.

9.1.5. Além das declarações constantes dos itens específicos acima a licitante deverá apresentar ainda as seguintes declarações, sob pena de inabilitação:

9.1.5.1. Declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021);

9.1.5.2. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, na forma da lei (art. 63, IV, da Lei nº 14.133/2021);



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE MÉDICI - MA

9.1.5.3. Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, na forma da lei (art. 63, § 1º, da Lei nº 14.133/2021).

9.1.5.4. Para os licitantes enquadrados da LC 123/2006, deverá ser exigido ainda Declaração de que no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

10.2. Exercer o acompanhamento e fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10.3. Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.

10.4. Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

10.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da CONTRATADA, no que couber.

10.6. Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como:

10.6.1. Exercer o poder de mando sobre empregados da CONTRATADA, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário.

10.6.2. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar na empresa CONTRATADA.

10.6.3. Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da CONTRATADA mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE MÉDICI - MA

- 10.6.4. Considerar os trabalhadores da CONTRATADA como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 10.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.
- 10.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.
- 10.9. Certificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela CONTRATADA.
- 10.10. Arquivar, entre outros documentos, projetos, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.
- 10.11. Emitir licenças e certidões de uso e ocupação do solo, mediante solicitação, nos Órgãos competentes, respectivamente, para devida execução dos serviços em tais localidades especificadas nos lotes.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 11.1. Executar os serviços conforme especificações técnicas propostas em anexo a este Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação de empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 11.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
- 11.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado ao município, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade.
- 11.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.
- 11.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão CONTRATANTE.
- 11.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, e as



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE MÉDICI - MA

demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à CONTRATANTE.

- 11.7. Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo de 48 horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 11.8. Prestar todo o esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto.
- 11.9. Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 11.10. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 11.11. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especializações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
- 11.12. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 11.13. Submeter previamente, por escrito, à CONTRATANTE, para análise e aprovação quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- 11.14. Não permitir a utilização de qualquer trabalho por menores de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem
- 11.15. permitir a utilização de trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno perigoso e insalubre.
- 11.16. A CONTRATADA deverá realizar por meio de laboratório previamente aprovado pela fiscalização e sob suas custas, os testes, os ensaios exames e provas necessárias ao controle de qualidade dos materiais e serviços e equipamentos a serem aplicados durante o serviço.
- 11.17. Manter os profissionais que executarão os serviços, objeto deste Termo de Referência, devidamente fardados e identificados mediante a utilização de crachás.
- 11.18. Fornecer os equipamentos de segurança individuais (EPI's) e equipamentos de proteção coletiva (EPC's) adequados e compatíveis com o tipo de exposição ao risco, a todos os profissionais que executarão os serviços, objeto deste Termo de Referência.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE MÉDICI - MA

- 11.19. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 11.20. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos, prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a CONTRATADA houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146 de 2015.
- 11.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
- 11.22. Arcar com ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação.
- 11.23. Cumprir além dos postulados legais vigentes, as normas de segurança da CONTRATANTE.
- 11.24. Prestar todos os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, norma e legislação.
- 11.25. Os documentos necessários para execução dos serviços, que precisam ser emitidos, dependentes de quaisquer autoridades federais, estaduais e/ou municipais, correrão por conta e risco da CONTRATADA.
- 11.26. Apresentar declaração e/ou instrumento comprobatório sobre a efetiva destinação final dos resíduos, devendo ser entregue junto com as medições, para que seja garantido transparência e uma melhor gestão quanto ao seu rastreio, evitando possíveis impactos ambientais.

12. DO ACRÉSCIMO E SUPRESSÃO

- 12.1. A CONTRATADA ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 12.2. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos no item anterior, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

13. DA SUBCONTRATAÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE MÉDICI - MA

- 13.1. A licitante vencedora poderá, em regime de responsabilidade solidária, sem prejuízo das suas responsabilidades contratuais e legais, subcontratar parte dos serviços, exceto aqueles que constam nos itens de maior relevância, subtópico 10.2, até o limite estabelecido de 30% (trinta por cento), desde que não implique em alterações substanciais nas cláusulas pactuadas.
- 13.2. No caso de subcontratação deverá ficar demonstrado e documentado que esta abrangerá apenas reforçará a capacidade técnica da CONTRATADA e que executará, por seus próprios meios, o principal dos serviços de que trata este Termo de Referência, assumindo a responsabilidade direta e integral pela qualidade dos serviços contratados.
- 13.3. A assinatura do contrato caberá à empresa vencedora, por ser a única responsável perante a CONTRATANTE, mesmo que a subcontratação tenha sido autorizada pela CONTRATANTE.
- 13.4. A CONTRATANTE se reserva o direito de, antes do início dos serviços e durante a execução dos mesmos, exigir que o pessoal técnico e auxiliar da empresa CONTRATADA e suas subcontratadas se submetam à comprovação de suficiência técnica para a realização dos serviços e determinar a substituição de qualquer membro da equipe caso não satisfaça os quesitos técnicos requeridos ou que não esteja apresentando o rendimento desejado;
- 13.5. Somente serão permitidas subcontratação regularmente autorizadas pela CONTRATANTE, sendo causa de rescisão contratual aquela não devidamente formalizada por aditamento;
- 13.6. A empresa CONTRATADA responsabiliza-se pela padronização, compatibilidade, gerenciamento centralizado e qualidade da subcontratação.
- 13.7. Não será admitida a participação de consórcios.

14. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO E PRAZO DE EXECUÇÃO

- 14.1. A vigência deste instrumento será de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, tendo sua eficácia condicionada à data de sua publicação, mediante extrato no Diário Oficial do Município, que será providenciada pela CONTRATANTE.
- 14.2. A Ata de Registro de Preços implicará compromisso de serviços nas condições estabelecidas, após cumpridos os requisitos de publicidade.
- 14.3. A vigência do contrato poderá ser prorrogada por períodos iguais e sucessivos, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

15. DA FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DO CONTRATO



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE MÉDICI - MA

- 15.1. A FISCALIZAÇÃO e gerenciamento do contrato serão feitos por meio do servidor que será designado pelo Secretário Municipal, através de portaria.
- 15.2. Os serviços serão avaliados pela FISCALIZAÇÃO, sendo que o não cumprimento ou cumprimento inadequado, de quaisquer das exigências estabelecidas, serão registradas em boletim de medição, ficando a CONTRATADA sujeita às multas previstas no contrato.
- 15.3. A qualquer tempo a FISCALIZAÇÃO poderá solicitar a substituição de qualquer membro da equipe técnica da CONTRATADA, desde que entenda que seja benéfico ao desenvolvimento dos trabalhos.
- 15.4. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual.
- 15.5. As decisões e providências que ultrapassem a competência do gestor do contrato devem ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.
- 15.6. As reuniões realizadas serão documentadas por Atas de Reunião, elaboradas pela FISCALIZAÇÃO e que conterão, no mínimo, os seguintes elementos: data, nome e assinatura dos participantes, assuntos tratados, decisões, datas das ações e responsáveis pelas providências a serem tomadas.

16. DO PAGAMENTO

- 16.1. O pagamento será efetuado mensalmente pela CONTRATANTE no prazo de 30 dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.
- 16.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo ou provisório do serviço, conforme este Termo de Referência.
- 16.3. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser obrigatoriamente da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais.
- 16.4. Constatando-se, junto aos sítios eletrônicos oficiais, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências de acordo com a legislação vigente.
- 16.5. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal/Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
 - 16.5.1. O prazo de validade;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE MÉDICI - MA

- 16.5.2. A data da emissão;
 - 16.5.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;
 - 16.5.4. O período de prestação dos serviços;
 - 16.5.5. O valor a pagar; e
 - 16.5.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 16.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE;
- 16.7. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a CONTRATADA:
- 16.7.1. Não produziu os resultados acordados;
 - 16.7.2. Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
 - 16.7.3. Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada;
- 16.8. Será considerada data do pagamento o dia em que constar com emitida a ordem bancária para pagamento.
- 16.9. Antes de cada pagamento à CONTRATADA, será realizada consulta aos sítios eletrônicos oficiais para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 16.10. Constatando-se, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.
- 16.11. Previamente à emissão de nota de empenho e cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao Cadastro de Fornecedores para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com a Administração.
- 16.12. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE MÉDICI - MA

CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela FISCALIZAÇÃO da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

- 16.13. Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.
- 16.14. É necessária a apresentação de um Relatório Diário de Obra – RDO ou documento semelhante, conforme descrito pela resolução CONFEA 1.024, que dispõe sobre o livro de ordem em serviços de engenharia e arquitetura, para o prosseguimento do pagamento dos serviços executados.
- 16.15. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação de regularidade fiscal, social e trabalhista.
- 16.16. Será rescindido o contrato em execução com a CONTRATADA inadimplente com o Município de Presidente Médici/MA, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da CONTRATANTE.
- 16.17. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 32 da Lei 8.212/93, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.
- 16.18. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão CONTRATANTE, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.
- 16.19. No caso de eventual atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, será devida compensação financeira, que será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX)I = (6/100) / 365I = 0.00016438$ TX = Percentual da taxa anual = 6%

- 16.20. A CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE MÉDICI - MA

17. DO REAJUSTE

17.1. Os preços contratuais, em Reais, poderão ser reajustados, depois de transcorrido 12 (doze) meses, contado do último dia do mês a que se refere a proposta, nos termos da art. 28, § 1º, da Lei 9.069/1995, pelo Índice de Reajustamento de Obras Rodoviárias, fornecido pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, de acordo com a Instrução de Serviço nº 04/2012, disponibilizado no site do DNIT.

17.2. Os reajustes dos preços unitários contratuais serão calculados pela seguinte fórmula:

$$R = \frac{I_1 - I_0}{I_0} \times V$$

Onde:

R = Valor da parcela de reajustamento procurado

I_1 = Índice de preço verificado mês consignado no Orçamento da SEMOSP

I_0 = Índice de preço referente ao mês de reajustamento

V = Valor a preços iniciais da parcela do contrato de obra ou serviço a ser reajustado.

17.3. Na composição dos preços unitários, a licitante deverá utilizar 2 (duas) casa decimais para evitar correções futuras nas Propostas de Preços.

17.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

17.5. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

17.6. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

17.7. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

17.8. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE MÉDICI - MA

18. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

- 18.1. A Contratação para o objeto deste Termo de Referência, está fundamentada na Lei nº 14.133/2021, e demais legislações aplicáveis.

19. VINCULAÇÃO DO CONTRATO

- 19.1. Vincula - se futuro instrumento contratual ao presente Termo de Referência.

20. DO LOCAL DE REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 20.1. Os serviços de manutenção preventiva, corretiva e modernização serão realizados em ruas e avenidas que necessitam de restauração, indicadas pelo zoneamento elaborado pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.
- 20.2. Após a realização dos serviços, a manutenção das vias poderá ser feita, verificando a garantia dos serviços, através de serviços de tapa – buracos.

21. DA GARANTIA CONTRATUAL

- 21.1. Para a segurança do CONTRATANTE quanto ao cumprimento das obrigações contratuais, a CONTRATADA deverá optar, no montante de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, por uma das seguintes modalidades:

21.1.1. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes terem sido emitidos sob forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério de Fazenda;

21.1.2. Seguro-garantia;

21.1.3. Fiança bancária.

- 21.2. A cobertura da garantia será de 12 (doze) meses e o prazo para apresentação da garantia será de 05 (cinco) dias após a contratação.

22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 22.1. As penalidades administrativas aplicáveis à CONTRATADA são aquelas previstas na Minuta do Contrato, conforme Lei nº 14.133/2021.

23. NOTIFICAÇÃO

- 23.1. Qualquer comunicação entre as partes a respeito do Contrato só produzirá efeitos legais se processada por escrito, mediante protocolo ou outro meio de registro. Que comprove a sua efetivação, não sendo consideradas comunicações verbais.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE MÉDICI - MA

24. DO CONSÓRCIO

- 24.1. Com o objetivo de evitar que uma única empresa detenha de tais serviços e que poderá influenciar nos preços, acarretando riscos da dominação no mercado, justamente, por não a ver um número considerável de licitantes, apesar de não ser serviços de alta complexidade. Ocorrerá o impedimento a restrição do caráter competitivo, devido a redução da quantidade de licitantes para tal disputa. Desse modo, é vedada a participação de consórcio neste processo o objetivo de evitar um monopólio considerando que não há um número considerável de empresas, impedindo assim a restrição do caráter competitivo é vedada a participação de consórcio neste processo.

25. DOS CASOS OMISSOS

- 25.1. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021, com a Lei Complementar nº 123/2006, bem como com as demais legislações aplicáveis ao presente procedimento.

26. RESCISÃO

- 26.1. Constituem motivos ensejadores da rescisão do Contrato, os enumerados no artigo aplicado a matéria, da Lei nº 14.133/2021, e ocorrerá nos termos do art. 79, do mesmo diploma legal.

27. PUBLICAÇÃO

- 27.1. O Contrato será publicado no Diário Oficial da União, ocorrendo às despesas da CONTRATANTE.

SETOR DE ENGENHARIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE MÉDICI

ESTADO DO MARANHÃO